



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER JURÍDICO Nº 049 DE 2024.

OBJETO: Projeto de Lei nº 065/24

AUTOR: Professor Shinayder

INTERESSADO: Comissão de Justiça e Redação

ASSUNTO (EMENTA): Institui o programa de atendimento e apoio aos familiares de dependentes químicos e dá outras providências.

Por ser atribuição dessa Assessoria Jurídica assessorar as Comissões Permanentes, emite -se parecer sobre o Projeto de Lei nº 065/24, de autoria do vereador Professor Shinayder.

1

O presente Projeto está acompanhado dos seguintes elementos/documentos/anexos:

- (x) justificativa;
- () impacto financeiro e orçamentário;
- () cronograma físico financeiro;
- () cláusula financeira;
- (x) cláusula de vigência;
- () cláusula revogatória;
- () disposições transitórias;

A ver da Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei é:

- (x) constitucional com amparo no art. 30, I;
- (x) legal com amparo no art. 8º, I, da LOM;
- () inconstitucional por vício de iniciativa;
- () inconstitucional com amparo no ;
- () ilegal porque contraria dispositivos previstos em lei.

Assim, entende-se que:

- (x) não há óbice legal à sua tramitação, o projeto está apto a ser apreciado;
- () há óbice à sua tramitação por contrariar dispositivos constitucionais e legais supra mencionados.

Compete à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Formosa-GO, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

O assistente jurídico no desempenho de sua função, na forma do art. 133 da CF/88 e o art.2º, §3º c/c o art.7º, I, da Lei n. 8.906/1994, possui liberdade e autonomia para exprimir sua opinião técnica.

Ademais, importante registrar que o presente parecer, não obstante a sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante e tampouco caráter decisório, tendo as autoridades a quem couber a sua análise plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo. De igual forma, destaca-se que esta peça não substitui o parecer da CJR ou de outras comissões competentes para apreciar a matéria, na forma regimental.

Quanto à técnica legislativa o projeto pode ser melhorado para a compreensão pelo cidadão, e assim apresentamos um substitutivo:

PROJETO SUBSTITUIVO AO PROJETO DE LEI Nº65/24, DE 06 DE AGOSTO DE 2024



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

Dispõe sobre o apoio aos familiares de dependentes químicos no âmbito do município de Formosa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA aprova:

Art. 1º Esta lei institui o Programa municipal de apoio aos familiares de dependentes químicos, com o objetivo de oferecer suporte social e psicológico às famílias que convivem com dependentes químicos no município de Formosa.

Art. 2º São objetivos do Programa municipal de apoio aos familiares de dependentes químicos:

I - fornecer atendimento psicológico aos familiares de dependentes químicos, visando ao fortalecimento emocional e à melhoria da qualidade de vida;

II - promover atividades educativas e de conscientização sobre a dependência química, seus efeitos e formas de tratamento;

III - criar grupos de apoio para troca de experiências e fortalecimento mútuo entre os familiares;

IV - estabelecer parcerias com instituições de saúde, educação e assistência social para garantir a integralidade do atendimento.

Art. 3º O Programa de que trata esta lei será coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e demais órgãos competentes, utilizando o material humano existente no quadro funcional e as receitas rotineiramente destinadas ao enfrentamento da questão da dependência química.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

No mais, não há outros apontamentos a serem realizados.
É o meu parecer salvo melhor juízo.

Formosa, 07 de agosto de 2024.

MARIA ALICE RAVENA DE ALMEIDA AMADO
ASSISTENTE JURÍDICO